



Ata nº 050 da Sessão Ordinária nº 050, de
28 de agosto de 2014.

Às nove horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, SÉRGIO LEÃO e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões nº's 041/2014 e 042/2014. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1400012012-00; Prefeitura Municipal de Placas**; Prestação de Contas de Governo – Exercício 2012; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1400012012-00; Prefeitura Municipal de Placas**; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2012; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1200012002-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará**; Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 28.01.2014. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1200012003-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará**; Prestação de Contas de 2003; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 672712011-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari**; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Ediene Pamplona Bentes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari, com recolhimento, multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, na forma do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**



844432007-00; Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente do Tucuruí;
Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Cláudio Furman; Instrução: 2ª Controladoria;
Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar
Colares. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela*
aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente do
Município de Tucuruí, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Cláudio Furman, devendo o
responsável recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais),
com fundamento no Art. 282, III, 'a' do RI/TCM/PA, pela remessa intempestiva da Prestação de Contas;
e multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), com fundamento no Art. 282, I, 'b', do RI/TCM/PA, pelo
descontrole financeiro apresentado. Após a comprovação do recolhimento das multas, seja expedido o
competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves
pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
Processo nº 282122010-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões de Curralinho -
IAPSM; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Silvana de Paula Novaes; Instrução 2º
Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
Colares. **Publicado no DOE nº 32.712, de 25.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não*
aprovação das contas do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Município de Curralinho - IAPSM,
exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Silvana de Paula Novaes, face a não prestação de
contas do 2º e 3º quadrimestres, gerando a conta "Agente Ordenador" no montante de R\$-2.449.076,85,
falhas gravíssimas e danosas ao Erário, devendo a Ordenadora efetuar os seguintes recolhimentos: - aos
Cofres Municipais: R\$-2.449.076,85, devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador",
devidamente atualizado; multa ao FUMREAP/TCM: R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela não
prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, assim como o não encaminhamento dos extratos
bancários e demais irregularidades, nos termos do Art. 282-III-A, do RI/TCM/PA; declaro a Ordenadora
inabilitada, nos termos do art. 56 da LC 84/12, para o exercício de cargos comissionados ou função de
confiança no serviço público; determino, ainda, cautelarmente, com base nos Artigos 73 e 74, I da LC
84/12, a indisponibilidade dos bens da Ordenadora em quantidade suficiente para garantir o
ressarcimento dos danos causados ao Instituto de Previdência do Município de Curralinho, com aplicação
imediata, nos termos em anexo; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”.
Em votação: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão
acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a
exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
decidiu pela não aprovação das contas do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Município de
Curralinho - IAPSM, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Silvana de Paula Novaes,
face a não prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, que gerou a conta “Agente Ordenador” no
montante de R\$-2.449.076,85 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, setenta e seis
reais e oitenta e cinco centavos), falhas gravíssimas e danosas ao Erário, com os seguintes



80 recolhimentos: - aos Cofres Municipais: R\$-2.449.076,85, devolução pelo valor lançado à conta
81 "Agente Ordenador", devidamente atualizado; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público
82 Estadual; declarar a Ordenadora inabilitada, nos termos do Art. 56 da LC 84/12, para o exercício de
83 cargos comissionados ou função de confiança no serviço público; determinar, ainda, cautelarmente,
84 com base nos Artigos 73 e 74, I da LC 84/12, a indisponibilidade dos bens da Ordenadora em
85 quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos causados ao Instituto de Previdência
86 do Município de Curralinho, com aplicação imediata, nos termos anexos ao voto do Relator. **Por**
87 **maioria:** multa ao FUMREAP/TCM, no valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela não
88 prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, assim como o não encaminhamento dos extratos
89 bancários e demais irregularidades, nos termos do Art. 282-III-A, do RI/TCM/Pa. Ausência, por
90 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 844422007-00; Serviço**
91 **Autônomo de Água e Esgoto do Município de Tucuruí;** Prestação de Contas – Exercício 2007;
92 Responsável: Cláudio Furman; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral -
93 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.712, de**
94 **25.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
95 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
96 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**, pela não aprovação das contas, com recolhimento de multas
97 ao FUMREAP e encaminhamento dos autos ao Ministério Público. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio
98 Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na
99 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP.
100 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das
101 contas, com recolhimento de multas ao FUMREAP e encaminhamento dos autos ao Ministério
102 Público, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das
103 multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
104 **Processo nº 201220606-00; Câmara Municipal de Anajás;** Recurso de Revisão contra a
105 **Decisão do Acórdão nº 22.864, de 16.10.2012 (Prestação de Contas de 2008);** Responsável: João
106 Nascimento e Silva Filho; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral -
107 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.712, de**
108 **25.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
109 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi
110 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
111 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso de
112 Revisão para modificar a decisão constante no Acórdão nº 22.864, de 16/10/2012, e aprovar, com
113 ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Anajás, exercício financeiro de 2008, de
114 responsabilidade de João Nascimento e Silva Filho, com o recolhimento ao FUMREAP/TCM da multa
115 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), já imposta no Acórdão recorrido. Ausência, por ocasião de
116 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201402325-00 (1272162005-00);**
117 **Fundo Municipal de Educação de Trairão;** Embargo de Declaração contra a Decisão do Acórdão
118 nº 24.452, de 28.11.2013; Responsável: Eliane Feline Rúbio Perez; Instrução 5º Controladoria;
119 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 200912763-00;**



Movimento de Promoção da Mulher; Prestação de Contas do Convênio nº 027/2009, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Maria Luiza Barroso Magno; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200914195-00; Ação Social da Matinha;** Prestação de Contas do Convênio nº 039/2009, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Ivanilda do Rosário Barata; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201307955-00; Grêmio Recreativo de Samba Piratas da Batucada;** Prestação de Contas do Convênio nº 002/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Ana Vanilda Fernandes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220667-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 1.606/12, de 28/11/12; Interessada: Elza Maria da Silva Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. **Processo nº 201216227-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria – Portaria nº 065/12, de 01.10.12; Interessada: Maria da Conceição dos Santos Gomes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. **Processo nº 201219878-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria – Portaria nº 08/12, de 05.12.12; Interessada: Margaret da Silva Pinho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. **Processo nº 201220178-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria - Portaria nº 086/12, de 12.12.12; Interessada: Sonia Pantoja Rocha; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217890-00; IPAMB/PMB;** Portaria nº 1.193, de 10.10.12; Interessada: Maximiana da Silva Rodrigues (Viúva) e Alex Rafael da Silva Rodrigues (Filho Menor); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 201411195-00; Câmara Municipal de Abel Figueiredo;** Subsídio – 2012 – Resolução nº 002/2012, que estabelece os subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2013/2016;



Responsável: Fabrício da Rocha Lacerda; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201412430-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Lei nº 869/2012** que fixa os valores dos subsídios do Prefeito, Vice – Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura 2013/2016; Responsável: Valmira Alves da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei 869/2012, do Município de Novo Repartimento que fixa os subsídios do Prefeito Municipal em R\$-12.700,00 (doze mil e setecentos reais), do vice-Prefeito em R\$-6.350,00 (seis mil, trezentos e cinquenta reais), e dos Secretários Municipais em R\$-5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), valores estes a serem praticados no período de 2013/2016, sem a possibilidade de serem acrescentadas gratificações, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, na forma do voto do Conselheiro Relator. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201412431-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Lei nº 870/2012**, que fixa os valores dos subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2013/2016; Responsável: Alberto Bozi; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 870/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores para a legislatura de 2013/2016, não permitindo acréscimos de gratificações, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra parcela com caráter remuneratório, nos termos do voto do Relator. Às nove horas e quarenta e seis minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 19: **Processo nº 201410514-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás; Lei nº 632/2014**, de 19.05.14, reajuste salarial de Servidores Municipais; Responsável: Jeová Gonçalves Andrade; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 632/2014, de 19/05/14, do Município de Canaã dos Carajás, que reajusta a remuneração dos servidores públicos efetivos e comissionados dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta daquele Município, com a juntada de cópia da Lei à prestação de contas do exercício de 2014, para a verificação quanto aos impactos na despesa de pessoal do Executivo



Municipal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201410518-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás;** Lei nº 635/2014, de 26.05.14, reajuste salarial dos Professores Municipais; Responsável: Alexandre Pereira dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 635/2014, de 26/05/14, do Município de Canaã dos Carajás, que reajusta a remuneração dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino, com a juntada de fotocópias da Lei à prestação de contas do exercício de 2014, da Prefeitura e do Fundo Municipal de Educação, para verificação quanto aos impactos na despesa de pessoal do Executivo Municipal e dos percentuais mínimos na área de educação, conforme imperativo constitucional. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201407900-00; Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas;** Lei nº 134/2014, de 13.04.14, reajuste salarial de Servidores Municipais; Responsável: Mauro Rodrigues Chagas; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento, com ressalva, do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: *"pelo cadastramento, com ressalva, da Lei nº 134/2014, de 13/04/14, do Município de São Caetano de Odivelas, que reajusta a remuneração dos servidores públicos efetivos e comissionados, vinculados ao Poder Executivo daquele Município, com a exclusão do Art. 3º que veda o reajuste aos Secretários Municipais, com a juntada de cópia da Lei à prestação de contas do exercício de 2014, para verificação quanto aos impactos na despesa de pessoal do Executivo Municipal"*. **Em votação**: O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201411025-00; Câmara Municipal de Ourém;** Resolução nº 002/2014, de 15.05.14, reajuste salarial de Servidores Municipais; Responsável: Frank Nazaré da Silva Pereira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 02/2014, de 15.05.14, da Câmara Municipal de Ourém, com a juntada de cópia da mesma à respectiva prestação de contas para análise conjunta, com a notificação ao atual Presidente da Câmara Municipal para atendimento da Resolução nº 11.516/TCM, nos próximos atos de fixação ou alteração remuneratória dos Agentes e Servidores Públicos do Município. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, às dez horas e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201411242-00; Câmara Municipal de Santa Maria do Pará;** Resolução nº 003/2014, de 26.05.14, que reajustou os valores das diárias dos Vereadores; Responsável: Andreia Nascimento Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



240 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
241 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
242 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 03/2014, aprovada pela
243 Câmara Municipal de Santa Maria do Pará, que fixa o valor das diárias de viagem dos Vereadores, a
244 partir de 26.05.14. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA**
245 **DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente
246 Sessão, às dez horas e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
247 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e oito de agosto
248 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão